

**CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/06/2013.**

1  
2  
3  
4 Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2013, às quatorze horas, reuniram-se no auditório do  
5 Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina  
6 (CIRAM/Epagri), situado na Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi - Florianópolis/SC, os  
7 membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho e ouvintes conforme  
8 lista de presença anexa, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: **1. Instalação dos trabalhos e**  
9 **verificação de quórum; 2. Aprovação da Ordem do Dia; 3. Projetos a serem implantados**  
10 **pela nova Diretoria da FATMA no PAERVE (Trilha Ecológica, reabertura do Camping,**  
11 **guarda-parques) (apresentação Diretor de Proteção dos Ecossistemas – FATMA Alexandre**  
12 **Simioni); 4. Relato dos encaminhamentos da reunião anterior; 5. Informes; 6. Discussão e**  
13 **aprovação da ata da reunião do dia 05/04/2013; 7. Funcionamento do Conselho:**  
14 **substituição de instituições membro; 8. Limpeza do rio Vermelho; 9. Encaminhamentos e**  
15 **Encerramento.** A reunião teve início com as boas vindas da chefe do PAERVE e Presidente do  
16 Conselho, Sr<sup>a</sup> Elaine Zuchiwschi, que passou a presidir a reunião agradecendo a presença de  
17 todos, e pedindo autorização aos presentes para que a reunião fosse gravada em áudio para  
18 auxiliar na elaboração da ata. Dando início ao **item 1** da pauta Elaine expôs aos presentes que  
19 justificaram ausência na reunião os representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento  
20 Econômico Sustentável (SDS), da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO)  
21 e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Prossegue com a verificação do  
22 quorum, que não apresentou número mínimo, consultando então os conselheiros sobre a  
23 continuidade da reunião com assuntos que não demandam decisões até obtenção de quorum, o  
24 que foi aceito por todos. Passando para o **item 2** da pauta, Elaine (FATMA) informa que, em  
25 decorrência de um acidente de trânsito em que estavam envolvidos o Presidente da FATMA e o  
26 Diretor de Proteção dos Ecossistemas, não foi possível contar com a presença deste último para  
27 tratar do item de pauta três, sendo que o Gerente de Unidades de Conservação confirmou  
28 somente no dia anterior a sua impossibilidade também de participar da reunião. Elaine (FATMA)  
29 propõe o adiamento do item três da pauta e se compromete a agendar uma reunião extraordinária  
30 do Conselho, contando com a presença do Diretor, para tratar do assunto. Passando para o **item 4**  
31 da pauta Elaine (FATMA) informa que foi encaminhado ofício de apoio do Conselho para  
32 construção de viveiro pela CASAN e também consultou esta instituição sobre a realização de  
33 análises da água residual do tratamento de esgotos da ETE Barra da Lagoa, conforme resolução  
34 do CONAMA, e foi informada de que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) está sendo  
35 revisado pela CASAN, após avaliação do Ministério Público, e que nele constará a apresentação  
36 das análises de água para a FATMA e para o PAERVE, além de outros órgãos envolvidos no  
37 TAC. Cristiane (R3Animal) lembra que foi proposto que a ETE Barra da Lagoa seja modelo e  
38 diz que já trabalhou com análise de água residual de tratamento de esgotos para detecção de  
39 vírus entéricos humanos, que são patogênicos e que tem potencial de causar doenças em  
40 humanos, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Continua dizendo que a legislação  
41 brasileira não exige esse tipo de análise, mas nos Estados Unidos, na Europa isso já é exigido e  
42 sugere que essas análises sejam feitas, como de rotavírus, norovírus, para a ETE Barra da Lagoa,  
43 pelo Laboratório de Virologia Aplicada da UFSC do Centro de Ciências Biológicas. Fala ainda  
44 que tratamentos de esgoto com ozônio e ultravioleta são eficazes, mas dificilmente são  
45 utilizados. Sgto. Marcelo (PMA) lembra que a água lançada pela CASAN muitas vezes empoça  
46 na estrada e corre para a Lagoa da Conceição onde moradores da região coletam berbigão.  
47 Cristiane (R3Animal) diz que o berbigão pode concentrar vírus porque é filtrador. Sgto. Marcelo  
48 (PMA) sugere que a FATMA faça coleta de água na Lagoa da Conceição, próximo ao trapiche  
49 do Terminal Lacustre, para análise de balneabilidade porque a água residual da ETE escorre para  
50 esse local da Lagoa e cada vez mais pessoas utilizam o local para banho. Elaine (FATMA)  
51 consulta os conselheiros sobre a aceitação das duas propostas apresentadas, diante da existência




52 de quorum, o que é aceito por todos. Luiz Batista (IECOSUL) sugere uma aula da Cristiane  
53 sobre vírus entéricos. Elaine (FATMA) diz que outro encaminhamento feito foi uma consulta à  
54 Procuradoria Jurídica da FATMA para saber se o Grupo de Trabalho (GT) do Conselho, criado  
55 para acompanhar e contribuir com os trabalhos de elaboração do plano de manejo do Parque,  
56 poderá analisar o termo de referência (TdR) para a contratação dos serviços, antes do lançamento  
57 do edital, no entanto, não recebeu resposta ainda. Continua dizendo que logo que obtiver  
58 resposta irá contatar o GT e encaminhar o TdR, caso o parecer seja positivo, e que a Comissão  
59 Técnica da FATMA está fazendo as últimas revisões do TdR. Adilson (Epagri) diz que existe  
60 também a proposta de se utilizar o lodo do esgoto para a produção de mudas, acha importante  
61 que seja feita análise nesse material também, porém acredita ser arriscado usar esse tipo de  
62 material no viveiro. Com a chegada do representante suplente da CASAN na reunião, Elaine  
63 (FATMA) convida o mesmo a falar sobre as informações repassadas pela Patrice, que está  
64 responsável pela elaboração do TAC. Pery (CASAN) diz que todas as propostas encaminhadas  
65 pelo Conselho para o Ministério Público serão incluídas no TAC, inclusive o viveiro e a proposta  
66 de ser uma estação modelo. Elaine (FATMA) esclarece aos conselheiros que chegaram atrasados  
67 os motivos do cancelamento do item de pauta três. Adilson (Epagri) questiona se a FATMA está  
68 antecipando algumas ações antes da elaboração do plano de manejo. Elaine (FATMA) diz que a  
69 nova diretoria está propondo algumas ações para o Parque, inclusive novas estruturas. Moacir  
70 (SANTUR) diz que é oportuno discutir esse item de pauta, verificou que a legislação proíbe  
71 qualquer atividade em unidades de conservação antes da elaboração do plano de manejo,  
72 portanto, está sendo descumprida a legislação. Elaine (FATMA) consulta os conselheiros sobre a  
73 manutenção do item de pauta três para debate interno sobre o assunto, colocando a proposta em  
74 votação, o que obtêm maioria dos votos favorável à manutenção da pauta. Elaine (FATMA)  
75 inicia o **item 3** da pauta esclarecendo que os principais projetos que serão desenvolvidos pela  
76 nova diretoria no PAERVE são a implantação de uma Trilha Ecológica dentro do Pelotão da  
77 Polícia Militar Ambiental (PMA), que foi apresentado pelo Sgto. Marcelo em 2012 na reunião  
78 do Conselho, e a reabertura do Camping do Rio Vermelho. Sgto Marcelo (PMA) explica que a  
79 Trilha Ecológica surgiu em função da procura de pessoas ao CETAS para ver os animais, mas  
80 isso é proibido, então foi feita uma proposta para conciliar o trabalho de educação ambiental da  
81 PMA e a exposição de animais silvestres sem possibilidade de reintrodução na natureza,  
82 contendo onze recintos, cada um com um problema de Florianópolis, como os pássaros presos  
83 em gaiolas, tartarugas criadas nas casas, os sagüis exóticos, dentre outros e cada um desses  
84 assuntos seria tratado em frente desses recintos. Continua dizendo que existe a intenção de  
85 contratar as crianças do Projeto Protetor Ambiental da PMA, que na primeira parte da trilha  
86 fariam sobre o PAERVE, sobre sua criação e a introdução das espécies exóticas e na segunda  
87 parte sobre problemas com a fauna. Fala ainda que algum tempo atrás esse projeto foi  
88 apresentado no Fundo de Bens Lesados, assim como foi apresentado para o novo Presidente da  
89 FATMA, que gostou da idéia e apareceu um recurso, da ordem de dois milhões de reais, sendo o  
90 valor estimado da implantação da trilha de um milhão e seiscentos reais, com acessibilidade a  
91 cadeirantes. Adilson (Epagri) diz que o projeto pode estar todo adequado ao plano de manejo,  
92 mas ele ainda não foi aprovado, podendo ocorrer a implantação da trilha e depois se decidir no  
93 plano por outra coisa no local. Sgto. Marcelo (PMA) diz que a PMA vai continuar apoiando a  
94 implantação da trilha e diz que na proposta de zoneamento do Projeto PDA, a área onde será  
95 implantada a trilha é categorizada como área para implantação de projeto de baixo impacto  
96 voltado à educação ambiental. Diz ainda que esse tipo de trilha já foi feita em outros locais como  
97 no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro que não tem plano de manejo. Continua dizendo que a  
98 PMA achava que não ia ser tão rápido conseguir recursos para implantar a trilha, como  
99 aconteceu e que tem a preocupação de que o plano de manejo se arraste quando entrar na questão  
100 do zoneamento e da zona de amortecimento e começar a ter medida judicial e acontecer como na  
101 Serra do Tabuleiro que até hoje o plano de manejo não saiu e se perca o recurso que  
102 conseguiram. Adilson (Epagri) diz que não sabe se o Conselho tem esse poder, mas poderia fazer

103 uma avaliação e apoiar a implantação do projeto mesmo antes do plano de manejo. Sgto Marcelo  
104 (PMA) questiona se o material elaborado pelo Projeto PDA vai ser aproveitado para o plano de  
105 manejo. Elaine (FATMA) diz que sim. Marcelo (SC Parcerias) diz que o projeto possui uma  
106 ART e foi feito em local que tem capacidade de receber a obra, é a mesma coisa se o município  
107 não fizer mais nada enquanto o Plano Diretor não estiver pronto. Moacir (SANTUR) diz que a  
108 questão não é discutir se o projeto é bom ou se é ruim, tem certeza de que é belíssimo, a questão  
109 é qual o papel dos conselheiros, a cada três meses vem uma tarde na reunião para encontrar  
110 coisas já aprovadas, ou o Conselho existe, senão não vale a pena vir na reunião, porque a  
111 FATMA está empurrando coisas goela abaixo. Continua dizendo que no estatuto do Conselho  
112 está bem claro as atribuições como acompanhar e apoiar a elaboração, implementação e revisões  
113 do Plano de Manejo, diz que em reuniões passadas foi formado um grupo de trabalho para  
114 acompanhar o plano de manejo e a FATMA deu uma resposta negativa, dizendo que nós estamos  
115 nos intrometendo nas atividades dela, ninguém queria se meter na atividade da comissão de  
116 licitação, muito pelo contrário. Diz ainda que a legislação é bem clara, enquanto não se tem o  
117 plano de manejo fica proibida qualquer atividade salvo resguardar o patrimônio, faz parte do  
118 Sistema Nacional de Unidades de Conservação, então, esse projeto está indo na contramão, se  
119 hoje a FATMA faz esse projeto de forma deliberada, amanhã poderá instalar outras obras para  
120 funcionar outras atividades. Questiona se os conselheiros estão aqui apenas para homologar o  
121 que está vindo de cima e continua dizendo que é importante agilizar o plano de manejo, que  
122 existe um prazo de cinco anos após a criação da unidade para instituir o plano de manejo e a  
123 FATMA não pode dizer que não tem referência porque cinco unidades já tem plano de manejo, é  
124 só adaptar o termo de referência à realidade da unidade e tocar pra frente o plano de manejo.  
125 Para concluir diz que não é contra projeto algum, mas a questão é que está sendo descumprida  
126 uma legislação ambiental. Elaine (FATMA) esclarece que as propostas do Projeto PDA vão ser  
127 aproveitadas no plano de manejo, mas que não será obrigatoriamente uma cópia do que foi  
128 produzido porque serão feitos estudos mais aprofundados e esse material também ainda não foi  
129 oficializado. Diz também que o plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro  
130 nunca se iniciou e que lá existem questões judiciais de propriedade da terra, questões que não  
131 existem para o PAERVE e no termo de referência o prazo de elaboração é de doze meses,  
132 portanto, não será um processo que se arrastará eternamente. Em relação à atuação do Conselho  
133 na elaboração do plano de manejo, Elaine (FATMA) diz que não é bem como o Moacir colocou,  
134 pelo contrário, já existe um grupo de trabalho formalizado no Conselho, existem etapas previstas  
135 na elaboração com o envolvimento direto do Conselho, e houve uma confusão de que esse grupo  
136 poderia inclusive participar da etapa de licitação para contratação dos serviços, depois vimos que  
137 não era exatamente essa a proposta, mas isso é que foi negado pela FATMA. Continua dizendo  
138 que, como já informado, foi encaminhado consulta à Procuradoria Jurídica da FATMA para  
139 saber se o GT do Conselho poderia revisar o termo de referência para contratação dos serviços  
140 de elaboração do plano de manejo antes da publicação do edital de licitação, o que ainda não foi  
141 respondido. Diz ainda que, desde que está na chefia do Parque tem recebido inúmeros projetos  
142 para implantação no Parque, como a reforma e novas estruturas para o Camping dos Escoteiros,  
143 proposta de Centro de Treinamento Olímpico e todos têm sido negados com o objetivo de se  
144 fazer um planejamento unificado da unidade de conservação durante a elaboração do plano de  
145 manejo para que o Parque não seja uma colcha de retalhos e sejam implantados projetos em  
146 momentos oportunos. Continua dizendo que a questão legal da implantação da trilha, como  
147 ressaltado pelo Moacir (SANTUR) é pertinente. Marcelo (SC Parcerias) diz que nenhuma de  
148 nossas unidades de conservação tiveram plano de manejo nos cinco anos após a sua criação,  
149 então nenhuma delas poderia existir, como o SNUC coloca. Elaine (FATMA) esclarece que pode  
150 sim existir sem plano de manejo. Marcelo (SC Parcerias) continua dizendo que no PAERVE  
151 podem existir atividades de uso público e como existem leis bem feitas e outras nem tanto, se a  
152 gente quer alternativas sustentáveis para o Parque, a trilha é uma ferramenta de educação  
153 ambiental, tem um mínimo de infra-estrutura construída, é diferente de colocar uma estrutura

154 olímpica, um prédio de dois ou três andares, mas nesse caso é o menor impacto e pela via da  
155 educação, então tem que ter, então não precisa levar ao pé da letra a lei, mas sim o bom senso, já  
156 que não é um projeto que irá desmatar grandes áreas, e agora a gente vai impedir de acontecer a  
157 única coisa boa que uma área que se tornou uma unidade de conservação pode propiciar, além  
158 daquela função de conservação do meio ambiente, se fosse uma cidade como São Paulo que não  
159 tem mata tudo bem, mas aqui em Florianópolis temos bastante. Sgto. Marcelo (PMA) diz que se  
160 as pessoas não conhecerem o Parque do Rio Vermelho não adianta colocar duzentos policiais  
161 que não resolve a questão, a PMA já tem esse trabalho dos Protetores Ambientais, então estão  
162 fazendo esse trabalho para que essas crianças do entorno falem para os adultos do entorno  
163 conservarem o Parque. Continua dizendo que antes essa área era tida como área de ninguém,  
164 onde se deposita lixo, se provoca incêndio e ninguém liga pra PMA ou para a FATMA para  
165 denunciar, porque para aquela pessoa aquele local é só um terreno que o Estado não cuida, então  
166 uma idéia da trilha é aproximar as pessoas do entorno pra dentro da unidade de conservação.  
167 Pery (CASAN) diz que concorda com o Moacir, que construir a trilha abre prerrogativa para a  
168 construção de outras coisas, e depois como poderá se negar outros projetos, qual será o critério,  
169 então se quiser autorizar precisa estabelecer critérios, mas não sabemos nem se temos poder para  
170 isso. Luiz Batista (IECOSUL) diz que vê este tipo de equipamento como um fator político do  
171 gerente, um camping não é uma estrutura para a FATMA administrar, a trilha nem tanto porque  
172 pode ajudar a proteger, mas os vândalos destruíram o Camping. Mauro (FLORAM) diz que tem  
173 experiência na conservação e sabe da dificuldade para estar recategorizando no SNUC, para  
174 elaborar o plano de manejo, a dificuldade de arrumar recurso e a dificuldade principalmente de  
175 implantação, então apóia o projeto porque vai ao encontro do interesse da unidade e o Conselho  
176 não pode ficar no legalismo e nem sabe onde está isso no SNUC, porque deveria então estar tudo  
177 parado, como no caso do município, e finaliza dizendo que o projeto é completamente diferente  
178 de um projeto que não se saiba a procedência. Elaine (FATMA) esclarece que o recurso que vai  
179 ser utilizado na implantação da Trilha Ecológica é um recurso da FATMA, vindo de  
180 Compensação Ambiental e que poderia ser aplicado em qualquer outra ação dentro do Parque.  
181 Moacir (SANTUR) diz que não se trata de aprovar ou não a trilha, mas é uma questão do papel  
182 dos conselheiros, de acelerar o plano de manejo, e se for por esse lado da oportunidade, tem-se o  
183 projeto da R3Animal que é muito importante também, é um belo projeto, o Conselho deu parecer  
184 favorável, se for levar por esse lado, é um projeto tão bom quanto ao da trilha, ou até mais  
185 porque tem seres vivos esperando cuidado, só que ela não foi feliz como o Sgto. Marcelo em  
186 obter o recurso. Continua dizendo que é preciso exigir da FATMA que acelere o plano de  
187 manejo, é para não atropelar, é a questão do papel dos conselheiros e da legislação ambiental.  
188 Cristiane (R3Animal) pergunta como foi o processo para autorizar a implantação da Estação de  
189 Tratamento de Esgotos da CASAN no Parque. Elaine (FATMA) esclarece que o licenciamento  
190 da ETE provavelmente iniciou em 1997 (ano correto - 1999) quando o Parque ainda era Parque  
191 Florestal e somente em 2007 passou a Parque Estadual com objetivos direcionados à  
192 conservação ambiental. Pery (CASAN) questiona se o dinheiro direcionado para a trilha não  
193 pode ser utilizado para elaboração do plano de manejo. Elaine (FATMA) diz que teve  
194 informação de que foi aprovado na Câmara Técnica de Compensação Ambiental recurso para ser  
195 investido no Parque na faixa de dois milhões e antes já havia sido requerido duzentos e cinquenta  
196 mil reais para a elaboração do plano de manejo, então espera-se que dentro desse montante  
197 aprovado, parte seja destinada à elaboração do plano de manejo. Emiliana (Aliança Nativa)  
198 questiona se realmente vai ser usado esse recurso para elaboração do plano de manejo. Elaine  
199 (FATMA) diz que foi dito que sim. Marcelo (SC Parcerias) diz que sobre a questão política,  
200 sempre vai ser uma ação política, sendo um político ou um técnico, porque quando ele assume  
201 um cargo de gerência ele vai ter uma ação política porque é ele que está ali naquele momento.  
202 Continua dizendo que acredita que o Conselho precisa ser ouvido, mas se não existe um respeito  
203 entre diretoria da FATMA e o Conselho, deve-se seguir pela via judicial e verificar o que o  
204 Conselho legalmente consegue fazer. Sgto. Marcelo (PMA) diz que o Presidente Gean informou

205 que serão investidos um milhão e seiscentos reais para a Trilha e quatrocentos mil reais para o  
206 plano de manejo. Moacir (SANTUR) questiona se não se tem uma base, em função dos planos  
207 de manejo elaborados para as outras unidades de conservação, de quanto custaria. Elaine  
208 (FATMA) diz que não sabe quanto custou os últimos, mas para as necessidades do PAERVE foi  
209 estimado o valor de duzentos e cinquenta mil reais. Fabrício (CC Ingleses) diz que a questão da  
210 trilha pode servir de visibilidade para saber da existência do Parque, e tendo o recurso de  
211 quatrocentos mil reais para o plano de manejo, que não é pra ser tão caro assim, fica perfeito e  
212 depois vai ter o recurso de cinco milhões da venda dos pinus, acha que esses projetos podem  
213 seguir em paralelo, quando se tem o recurso fica difícil recusar a execução do projeto. Elaine  
214 (FATMA) diz que existe uma obrigação legal da FATMA em fazer a retirada dos pinus, o que  
215 então pode ocorrer antes da elaboração do plano de manejo, mas boa parte desse recurso está  
216 comprometido com a restauração do Parque que vai durar cinco anos. Sgto. Marcelo (PMA) diz  
217 que desde a saída da CIDASC e a entrada da FATMA na administração do Parque houve  
218 abandono da estrutura do local, por exemplo o Camping, o viveiro de mudas, luta-se por um  
219 trator para apagar os incêndios, a própria sede da FATMA está com o telhado caindo, mas se a  
220 gente perder esse investimento que não vai nesse projeto e em nenhum outro, vai ficar tudo do  
221 jeito que está. Elaine (FATMA) diz que dentro do recurso aprovado para a trilha não está  
222 previsto nada com recursos humanos, apenas com a construção e temos no Parque o CETAS que  
223 necessita de melhorias, que não será contemplado com esse recurso, temos estruturas já  
224 existentes que não se dá conta de cuidar e vamos ainda aumentar as estruturas para cuidar,  
225 porque o Parque tem mil e quinhentos hectares e não somente a área do Pelotão da Polícia  
226 Ambiental e questiona o fato de, nesse momento, sem planejamento, sem perspectiva de  
227 aumento de efetivo da FATMA ou da PMA, implantar nova estrutura que vai demandar bastante  
228 trabalho porque tem animais que precisam ser tratados de segunda a segunda, com demanda de  
229 visitação que precisa de pessoas para atender, inclusive aos finais de semana. Finaliza dizendo  
230 que em termos de recursos humanos esse projeto não contribui em nada com a melhoria da  
231 fiscalização do Parque, nem para a gestão. Sgto. Marcelo (PMA) diz que sobre a manutenção  
232 existe um projeto de guarda-parques da FATMA com a PMA que se dará pela contratação de  
233 policiais aposentados, a segurança será feita pelas pessoas que já trabalham no Pelotão, mais os  
234 guarda-parques que serão contratados, a manutenção da trilha será feita por três funcionários  
235 terceirizados e a trilha será guiada pelas crianças dos Protetores Ambientais, sendo que a forma  
236 de pagamento para elas já está sendo pensada. Luiz Batista (IECOSUL) questiona se alguém for  
237 no Ministério Público denunciar e a trilha e o Camping não saírem, para onde será realocado esse  
238 dinheiro. Elaine (FATMA) esclarece que existe a Câmara Técnica de Compensação Ambiental  
239 na FATMA, formada por funcionários de nível de gerência e diretoria, dois de cada setor, e essas  
240 pessoas destinam esse dinheiro, que pode ser direcionado para qualquer unidade de conservação.  
241 Mauro (FLORAM) diz que ao longo dos anos a Câmara Técnica não tem destinado nada ao  
242 PAERVE, já que o Sgto. Marcelo diz que as estruturas estão precárias, então não existe garantia  
243 que será para o PAERVE. Elaine (FATMA) diz que a destinação original do recurso deve ser  
244 preferencialmente para unidades de conservação da bacia hidrográfica onde será instalado o  
245 empreendimento poluidor, então o Parque recebeu recursos do Costão Ville e do Sapiens Parque.  
246 Aline (SAR) diz que é importante que a diretoria da FATMA venha à reunião para discutir a  
247 questão porque ninguém é contra a implantação, mas é preciso fazer as duas coisas, acelerar o  
248 plano de manejo e ver se é viável a implantação da trilha, porque a questão política é óbvia e  
249 uma trilha vai aparecer muito mais do que um plano de manejo, então a gente pode apoiar desde  
250 que saia o plano de manejo também. Sgto. Marcelo (PMA) fala dos procedimentos legais para a  
251 implantação da trilha, tendo sido feito o registro no SISFAUNA, sendo que devido a Lei  
252 Complementar nº 140 as atribuições relativas à fauna hoje são de responsabilidade da FATMA,  
253 já saiu a licença prévia e está sendo aguardada a licença de instalação. Elaine (FATMA) consulta  
254 os conselheiros se querem se manifestar no momento o apoio ou não à implantação do projeto da  
255 Trilha Ecológica ou se preferem fazer isso após a reunião com a presença de membros da

256 diretoria, sendo consenso dos conselheiros fazer essa votação depois. Carlos Eduardo (ouvinte –  
257 ONG APRENDER) diz que as leis precisam ser cumpridas, o SNUC estabelece um prazo de  
258 cinco anos para a elaboração do plano de manejo, então está na hora de executar isso, é preciso  
259 fazer pressão na diretoria. Continua dizendo que gostaria de fazer uma sugestão de que os  
260 projetos que a Elaine disse que foram apresentados para a implementação no PAERVE fossem  
261 apresentados nas reuniões do Conselho e analisadas as prioridades e executado em paralelo ao  
262 projeto da Trilha e da elaboração plano de manejo. Fala ainda que a sua organização  
263 (APRENDER) em parceria com o NEAMB e o Instituto Çarakura fizeram proposta de co-gestão  
264 do Camping, para um centro de educação ambiental, com proposta de trabalho com as  
265 comunidades do entorno e de preservação daquela área, então os recursos que entrarem  
266 manteriam os projetos de educação. Elaine (FATMA) diz que orienta essas pessoas a  
267 apresentarem os projetos/propostas durante a fase de planejamento do plano de manejo do  
268 Parque, para que sejam analisadas em um mesmo momento, considerando o contexto geral do  
269 Parque. Soldado Campos (ouvinte – PMA) fala da facilidade de demonstrar a legalidade da  
270 Trilha Ecológica se ela for educativa e também que poderia mostrar que as comunidades do  
271 entorno são totalmente favoráveis à Trilha e que o Parque precisa ser útil, porque ele e o cabo  
272 Murilo são os únicos remanescentes que ainda fazem fiscalização esporádica no Parque,  
273 convivem com as pessoas que freqüentam o Parque e querem dar uma resposta para as pessoas  
274 de que o Parque serve para alguma coisa porque falar para as pessoas que está faltando o plano  
275 de manejo é fácil numa reunião de 10-12 pessoas, mas para as pessoas é terrível, a CASAN lança  
276 os dejetos no Parque e é para isso que serve então a área, para juntar mosquitos, o turista, o  
277 morador, ninguém tem o Parque como referência de preservação. Fala ainda que quando o Sgto.  
278 Marcelo fala que precisa trazer a comunidade para dentro do Parque é porque é óbvio, as pessoas  
279 têm conhecer para conservar, precisa ter um mínimo de estrutura para exposição de animais  
280 marinhos, de arte, pra mostrar para as pessoas que o Parque serve para alguma coisa além da  
281 ETE da CASAN e para fumar crack no Camping. Fala ainda que é para o Conselho refletir, mas  
282 no final das contas o Conselho não serve para nada, achava que a administração do Parque tinha  
283 que consultar o Conselho e depois fazer. Finaliza dizendo que há dois anos atrás ele e o cabo  
284 Murilo fizeram um levantamento dos pontos críticos do Parque, apontaram os problemas e as  
285 soluções e só em meados do ano passado falou para a Elaine da necessidade de oficializar a Comcap  
286 para a retirada de entulho, o que está sendo feito agora, porque o Parque só serve pra isso, pra  
287 jogar lixo, fumar crack e para outras tranqueiras, sendo que o rapaz da Comcap, o Adriano,  
288 perguntou se dava pra fazer algo para evitar o depósito de entulhos no Beco dos Surfistas e diz  
289 que, para quem não sabe lá serve para depositar cadáver, para outros tipos de tranqueira, só não  
290 serve de acesso pra ir à praia, então pra que serve? Diz ainda que como a PMA tem muitas  
291 atribuições não tem condições de ficarem lá plantados, 24 horas esperando alguém vir depositar,  
292 então é preciso fazer algo em relação a esses pontos críticos. Elaine (FATMA) esclarece ao  
293 soldado Campos que em 2011 um GT do Conselho discutiu questões críticas do Parque para a  
294 temporada de verão, inclusive o depósito de lixo, com a presença de diretores e gerentes da  
295 Comcap em uma reunião, e, já na época, foi encaminhado ofício, o que foi atendido somente  
296 agora. Gisele (APTE-PERV) questiona se essa trilha que está sendo discutida não considera o  
297 trabalho e toda a discussão que foi feita sobre trilhas do Projeto PDA-PERV. Elaine (FATMA)  
298 responde que não, que é um projeto específico locado no Pelotão da PMA. Moacir (SANTUR)  
299 fala que como foram apresentadas opiniões bastante diversas sobre a Trilha Ecológica, é  
300 importante que além da ata, seja feita uma síntese das opiniões e levado isso à diretoria da  
301 FATMA, e ressalta a necessidade de pressionar a FATMA para fazer o plano de manejo. Elaine  
302 (FATMA) consulta o Conselho sobre a adesão à proposta do Moacir, o que é aceito por todos.  
303 Mauro (FLORAM) solicita que a síntese das opiniões seja encaminhada aos conselheiros antes  
304 de seguir para a FATMA. Dando prosseguimento à reunião Elaine (FATMA) inicia o **item 5** da  
305 pauta informando que no final do ano de 2012, em dezembro, foi feito o fechamento, para  
306 passagem de cavalos, da trilha ao final da Servidão Nascente do Rio Vermelho, pela FLORAM,

307 com o acompanhamento da discussão pela unidade de gestão do PAERVE, em função da  
308 mobilização de moradores da região, visto que a área estava sofrendo de erosão e a trilha estreita  
309 causava riscos aos frequentadores da área. Continua dizendo que para a passagem dos cavalos foi  
310 aberta a servidão Ipê Branco, que passa na lateral da nascente. Mauro (FLORAM) diz que  
311 participou da discussão e que ficou surpreso com a abertura da servidão Ipê Branco, porque é  
312 favorável ao fechamento das duas trilhas. Passando para o **item 6** da pauta Elaine (FATMA)  
313 informa que não recebeu nenhuma proposta de alteração da ata da reunião ordinária do Conselho  
314 do dia 05/04/2013, solicita a manifestação dos conselheiros sobre a aprovação da ata, não tendo  
315 nenhuma manifestação a ata foi aprovada. Passando para o **item 7** da pauta Elaine (FATMA)  
316 lembra que faltam três instituições não governamentais no Conselho e informa que, conforme  
317 combinado na reunião anterior, entrou em contato com as instituições sugeridas e que  
318 manifestaram interesse em fazer parte do Conselho, sendo elas o Instituto Çarakura, que  
319 apresentou ofício, a Associação dos Pescadores da Praia do Moçambique, a Associação dos  
320 Pescadores da Barra da Lagoa e a Associação de Cavaleiros Laço da Amizade, expôs os  
321 objetivos do Conselho, do Parque e os convidou para se apresentarem na reunião. Continua  
322 dizendo que se dispuseram a vir na reunião somente o Instituto Çarakura e a Associação dos  
323 Pescadores da Praia do Moçambique, o representante da Associação dos Pescadores da Barra da  
324 Lagoa ficou de consultar os demais associados e a Associação de Cavaleiros Laço da Amizade  
325 não demonstrou interesse em participar do Conselho. Dá prosseguimento apresentando o  
326 representante do Instituto Çarakura, o biólogo Márcio Mortari, o único que compareceu dentre as  
327 instituições citadas, que fez exposição sobre a sua instituição e sobre o interesse dela e dele,  
328 pessoal, em fazer parte do Conselho. Elaine (FATMA) questiona os conselheiros se são  
329 favoráveis à entrada do Instituto Çarakura no Conselho, o que é aceito por todos. Márcio  
330 (Instituto Çarakura) convida a todos a conhecerem o sítio da instituição no Canto do Moreira,  
331 que cobra uma taxa porque é servido lanche. Elaine (FATMA) consulta os conselheiros sobre  
332 como proceder com as outras duas instituições que não compareceram, visto que é temporada de  
333 pesca da tainha, e eles podem estar muito ocupados. Gisele (APTE-PERV) questiona se eu falei  
334 com os cavaleiros porque eles ficam intimidados de ter que fazer apresentação. Elaine (FATMA)  
335 diz que conversou com o Cesar e ele disse que pessoalmente não tinha interesse, mas ficou de   
336 conversar com outros membros da diretoria e me retornar, o que não ocorreu. Inês (AMORV) diz  
337 que é importante que eles participem porque sempre tem problemas com os cavalos. Gisele  
338 (APTE-PERV) ressalta a importância de manter o equilíbrio das instituições da sociedade civil,  
339 que não fossem tantos órgãos ambientalistas, mas moradores. Elaine (FATMA) diz que irá entrar  
340 em contato novamente com essas instituições, lembra que na última reunião a Associação de  
341 Kite Surf da Barra da Lagoa também manifestou interesse mas não apresentaram ofício. Gisele   
342 (APTE-PERV) se compromete a conversar com representante da Associação dos Cavaleiros  
343 Laço da Amizade, porque eles são moradores nativos da região e conhecem muito bem o Parque.  
344 Jurema (SPG) reforça que se essas instituições tivessem interesse eles teriam se pronunciado  
345 porque foram contatados pela Elaine e pela Gisele. Inês (AMORV) acha que se for explicado de   
346 uma forma simples, explicar bem como funciona o Conselho, o Cesar venha na reunião porque  
347 acha difícil ele não ter interesse. Pery (CASAN) acha que vale a pena fazer mais um contato.  
348 Elaine (FATMA) fica de entrar em contato novamente com as instituições que não  
349 compareceram. Mauro (FLORAM) sugere o Coletivo UC da Ilha, que trabalha com unidades de  
350 conservação para fazer parte do Conselho, o que é aceito por todos. Passando para o **item 8** de  
351 pauta Elaine (FATMA) apresenta um breve histórico das questões relacionadas ao rio Vermelho,  
352 e que levaram a organização, pela Câmara dos Vereadores de Florianópolis, de uma audiência  
353 pública no dia 04/04/13, e então a solicitação dos conselheiros desse item de pauta. Elaine  
354 (FATMA) fala que em abril de 2011 a Prefeitura Municipal de Florianópolis fez uma 'limpeza'  
355 do rio Vermelho dentro dos limites do PAERVE, sem a autorização da FATMA e em desacordo  
356 com a própria autorização da FLORAM para limpeza de canais, visto que foi retirada toda a  
357 vegetação existente na zona de mata ciliar, sendo a autorização para a retirada de entulhos, lixos,

358 resíduos vegetais e outros materiais acumulados no leito e nas margens em decorrência de altas  
359 pluviosidades, foi feita retirada de material do fundo do curso d'água, caracterizando a atividade  
360 como de 'desassoreamento' o que demanda Estudo Ambiental Simplificado (EAS), segundo  
361 resolução do CONAMA, o que levou a FATMA a embargar a atividade e aplicar Auto de  
362 Infração Ambiental contra a Prefeitura. Continua dizendo que em setembro de 2012, em  
363 comemoração ao Dia da Árvore, a unidade de gestão, funcionários terceirizados do Parque e as  
364 crianças do Projeto Protetor Ambiental fizeram plantio de árvores nativas no local onde tinha  
365 ocorrido a intervenção da Prefeitura, o que levou à mobilização de moradores vizinhos do rio  
366 Vermelho, preocupados com o impedimento da limpeza do rio. Fala ainda que em outubro de  
367 2012 foi realizada reunião desses moradores na sede do Parque, contando com a presença do  
368 Sgto. Marcelo Duarte (PMA) e da chefe do PAERVE, Elaine Zuchiwschi, sendo então decidido  
369 se fazer um mutirão com a Comcap e moradores para a retirada manual de capins exóticos que  
370 dominam a mata ciliar do rio e de outros materiais, como troncos de árvores que impedem o  
371 escoamento da água, além de uma audiência pública para tentar fazer a limpeza como sempre foi  
372 feita, com máquina. Fala que o mutirão não foi feito e a audiência pública ocorreu em abril deste  
373 ano, sendo decidido pela formação de uma Comissão para discutir o assunto e encaminhamento  
374 de pedido de autorização para a FATMA. Elaine (FATMA) explica que existem trechos do rio  
375 Vermelho onde predominam os capins, aguapés e tabôa devido a incidência de luz direta, pela  
376 falta de árvores para sombrear e pelo lançamento de resíduos orgânicos no rio o que estimula o  
377 crescimento das plantas. Gisele (APTE-PERV) diz que antes era a CIDASC que fazia essa  
378 limpeza e depois a FATMA não estava fazendo e aí a comunidade pediu para a Prefeitura fazer e  
379 a maneira que eles encontram é a máquina, se tiver uma outra alternativa, se tiver que fazer só de  
380 um lado do rio eles estão dispostos, mas o que acontece é que quando essa limpeza não é feita as  
381 casas, mesmos aquelas há quinhentos metros do rio encham, o que é uma questão bastante grave  
382 e atinge direto a comunidade do entorno. Questiona ainda se agora a responsabilidade dessa  
383 limpeza é da FATMA e ela não tem feito. Elaine (FATMA) diz que na concepção ambiental não  
384 existe limpeza de rio, às vezes é preciso tirar as plantas exóticas que dominam e impedem o  
385 crescimento das plantas nativas, mas a intenção é de recuperar a mata ciliar e tem-se procurado,  
386 através dos funcionários do Parque, controlar os capins exóticos e viabilizar o crescimento das  
387 outras plantas e entulho quase não tem. Luiz Batista (IECOSUL) diz que sabe das questões  
388 ambientais mas sugere que se plante árvores há cinco metros de distância do rio para poder  
389 passar a máquina dragando, a legislação diz que tem que ter mata ciliar, mas a gente tem que  
390 usar o bom senso e deixar cinco metros para a máquina passar, é impossível fazer limpeza  
391 manual, não se encontra gente pra isso, e o capim-branco é nativo e dá na beira de rio. Mauro  
392 (FLORAM) diz que a FLORAM tem se equivocado dando essas licenças de forma genérica já  
393 que cada caso é um caso, existem casos em que não se tem como recuperar a mata ciliar porque  
394 o assoreamento propicia o crescimento das plantas exóticas, como no caso do bairro Santa  
395 Mônica, mas acha que neste caso, com o sombreamento, há o controle das exóticas e se tem um  
396 fluxo de água, há o interesse da canalização para secar as áreas quaternárias úmidas, nesse caso  
397 do rio Vermelho não se tem quase ocupação urbana, então é possível um controle manual, mas é  
398 preciso um planejamento, um projeto, é possível fazer a recuperação sim. Fabrício (CC Ingleses)  
399 diz que é preciso um projeto de recuperação onde vai constar como deve ser feito isso  
400 cientificamente, e não com bom senso, existe metodologia conhecida pra isso, pra não precisar  
401 entrar mais com máquina na área e questiona quem está supervisionando isso. Elaine (FATMA)  
402 diz que é a equipe do Parque, ela que é engenheira agrônoma e a Lauren, que é bióloga. Mauro  
403 (FLORAM) diz que tem que analisar essa idéia de assepsia, porque é morador da Vargem  
404 Grande e anualmente entram com máquina desde o Ilha Shopping e raspam o rio, não é só a  
405 vegetação, jogam o jacaré pra cima, o peixe, jogam o que tiver e fazem essa assepsia anualmente  
406 porque é mais fácil, foi conversado com uma ONG e tem uma margem do rio que eles não  
407 entram mais. Fabrício (CC Ingleses) lembra que essa raspagem do rio é desassoreamento e que  
408 requer Estudo Ambiental Simplificado (EAS). Adilson (Epagri) diz que foi falado que deixar

409 somente um lado da margem recuperar pode ter resultado, mas é favorável por mutirões  
410 manuais, principalmente no verão, que a vegetação cresce mais, dois ou três nesta época e aí não  
411 precisa entrar com máquina, para não deixar dominar. Elaine (FATMA) esclarece que as  
412 espécies de capim, mesmo os nativos, se fossem deixados ali por vários anos, iam ser sucedidas  
413 por outras plantas e depois por espécies arbóreas, e tem situações em que a restauração natural é  
414 bem demorada devido o estado de degradação da área e aí são necessárias intervenções de  
415 manejo ambiental para acelerar a recuperação, no caso, com o plantio de mudas e retirada do  
416 capim. Elaine (FATMA) fala que é preciso se ter um estudo aprofundado da região pra saber se  
417 realmente as enchentes são ocasionadas pelo rio. Gisele (APTE-PERV) questiona se a  
418 comunidade tem condições de fazer esse estudo. Elaine (FATMA) diz que não, mas a Prefeitura  
419 tem. Pery (CASAN) diz que a responsabilidade de recursos hídricos no Estado é da Secretaria de  
420 Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), então eles poderiam fazer melhores  
421 esclarecimentos sobre isso, fala também que o licenciamento de desassoreamento precisa de  
422 EAS e outros documentos, o que é muito demorado, então se precisasse fazer isso todo ano, leva  
423 quase um ano para os estudos, quando já seria necessária nova licença, se a Prefeitura usa como  
424 vala de drenagem pode ser assim caracterizado. Pery (CASAN) propõe como encaminhamento  
425 chamar a Prefeitura e a SDS para ver o que se pode fazer. Elaine (FATMA) esclarece que o rio  
426 Vermelho não é simplesmente uma vala de drenagem, ele é canalizado até o condomínio  
427 Moçambique e depois ele se apresenta como banhado, ele tem inclusive lontras. Mauro  
428 (FLORAM) diz que é preciso uma reflexão sobre porque o rio chegou a essa condição, em  
429 duzentos anos de colonização açoriana ocorreu um processo que levou a derrubada de 70% da  
430 vegetação nativa da Ilha e de onde sobrou foram retiradas as madeiras nobres, e a área de dunas e  
431 restingas eram campos comunais. Cristiane (R3Animal) propõe como encaminhamento que seja  
432 feito um projeto de recuperação, que leve em conta o fator social e ambiental, e que não adianta  
433 recuperar só um lado da margem, conversar com esses proprietários dos terrenos para entrar em  
434 um acordo. Fabrício (CC Ingleses) diz que a recuperação pode levar 5-10 anos, tem exemplos  
435 aqui na Ilha, como em uma escola na Vargem Grande que fez o plantio de árvores e hoje são  
436 mais altas que ele, e diminuiu as enchentes hoje em dia no local. Gisele (APTE-PERV) questiona  
437 o que fazer com as famílias que estão sendo afetadas pelas enchentes hoje. Fabrício (CC  
438 Ingleses) diz que a solução é eles se envolverem no projeto de recuperação da FATMA hoje,  
439 porque se não começar nunca vai recuperar e daqui cinco anos já vai dar uma diferença. Elaine  
440 (FATMA) sintetiza que o principal encaminhamento proposto é de se articular uma reunião  
441 envolvendo a SDS, a Prefeitura, a FATMA, os moradores interessados, a Comissão da Câmara  
442 dos Vereadores, formada na audiência pública, a ser realizada fora da reunião do Conselho,  
443 porém os conselheiros serão informados e convidados, proposta que é aceita por todos. Cadu  
444 (ouvinte- APRENDER) defende que é preciso a revitalização da mata ciliar porque é preciso  
445 entender o que está acontecendo, a rede pluvial das ruas calçadas drena para o rio, o Condomínio  
446 Mello Duarte também tem suas ligações de drenagem no rio, e depois podem ser ligados esgotos,  
447 e ouviu dizer que a vegetação cresce devido a isso e existem casos semelhantes como o rio  
448 Ratoles, Riozinho no Campeche, dentre outros. Alexandre (ouvinte – geógrafo Prefeitura) diz  
449 que já foi conselheiro do Parque, participou do processo de criação do Parque e na época  
450 brigaram pela inclusão do rio Vermelho no Parque, mas não obtiveram êxito, o município carece  
451 de um plano de drenagem para tratar esses assuntos de forma unificada e científica, é morador do  
452 Rio Vermelho, e a sua região já foi alagada, não se sabe se isso é um rio ou um canal de  
453 drenagem. Diz ainda que esse local está totalmente descaracterizado, que antes tinha um  
454 conjunto de dunas que represava essa água naturalmente, era uma área de banhado e foi  
455 canalizado para secar, então não deveria ter casas nos trezentos metros onde o rio antes alagava e  
456 deveria constar isso no plano diretor, porque não há declividade e a urbanização está crescendo  
457 muito. Fala que a Prefeitura está lançando o Projeto Floripa Se Liga Na Rede e sugere que se  
458 solicite englobar essa região do rio Vermelho e termina demonstrando interesse em fazer parte  
459 do Conselho. Márcio Mortari (ouvinte – Instituto Çarakura) sugere que em cada reunião sejam

URS  
A

460 elencadas duas ou três pessoas como guardiões da pauta, do tempo e das inscrições para  
461 dinamizar, porque já passou do limite de horário da reunião e propõe a criação de um projeto  
462 para a restauração da mata ciliar do Parque, porque passar a máquina é abrir espaço para a  
463 braquiária, deve-se ter um recurso para, no primeiro ano passar uma máquina pequena para abrir,  
464 pode plantar mucuna para cobertura e depois no outro ano não precisa passar a máquina, é só  
465 tirar a mucuna, com a mão mesmo, antes de semear, de forma a atender a margem do Parque e  
466 depois dos privados que aderirem, apesar do Código Florestal obrigar todos. Sugere ainda de  
467 incluir a CASAN na reunião sobre o rio Vermelho para investir no Parque, porque o SNUC  
468 prevê a obrigatoriedade de instituições que usam água ou energia elétrica de unidades de  
469 conservação contribuírem financeiramente com a unidade. Mauro (FLORAM) acha que naquela  
470 área onde o Parque já está fazendo a recuperação não deve entrar mais com máquina, a licença  
471 da FLORAM foi descumprida, não poderia ser feito o que foi feito. Elaine (FATMA) propõe  
472 como mais outro encaminhamento ser discutida uma proposta de projeto na reunião que será  
473 articulada e ser convidada a CASAN para contribuir. Passando para o **item 9** da pauta, já  
474 passavam quinze minutos do horário de encerramento da reunião, todas as pautas haviam sido  
475 tratadas, então Elaine (FATMA) dá a reunião por encerrada. Nada mais havendo a tratar, eu  
476 Elaine Zuchiwschi, presidente do Conselho e funcionária da FATMA, lavrei a presente ata, que  
477 lida e achada conforme, vai por todos assinada. Florianópolis, 28 de junho de 2013.

478  
479 Adilson F. Zamparetti – Epagri (titular) \_\_\_\_\_  
480 Aline dos Santos – SAR (titular) \_\_\_\_\_  
481 Cristiane K. M. Kolesnikovas – R3 Animal (titular) \_\_\_\_\_  
482 Elaine Zuchiwschi – FATMA (titular) *Elaine Zuchiwschi*  
483 Emiliana Debetir – Aliança Nativa (titular) \_\_\_\_\_  
484 Fabrício B. Almeida – CC Ingleses (titular) \_\_\_\_\_  
485 Gisele C.S. D' Aquino – APTE-PERV (suplente) \_\_\_\_\_  
486 Jurema R. Mendes – SPG (titular) \_\_\_\_\_  
487 Luiz Batista Fontanela – IECOSUL (suplente) \_\_\_\_\_  
488 Manoel Bento Gonçalves – UEB (titular) *Manoel Bento Gonçalves*  
489 Marcelo R. Burigo – SC Parcerias (titular) \_\_\_\_\_  
490 Marcelo V. Duarte - BPMA (Suplente) \_\_\_\_\_  
491 Maria Inês S. da Silva – AMORV (titular) \_\_\_\_\_  
492 Mauro Manoel da Costa – FLORAM (titular) *Mauro Manoel da Costa*  
493 Moacir da Silva – ACSPBMSC (titular) \_\_\_\_\_  
494 Moacir Fernando Machado – SANTUR (titular) \_\_\_\_\_  
495 Pery Fornari Filho – CASAN (suplente) *Pery Fornari Filho*